

**As mídias e seus precursores:
emergência das mediações como
campo de idéias científicas**

IRENE MACHADO

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUCSP

Resumo

Existem muitos argumentos conflitantes no emprego da palavra *mídias* como substantivo plural para designar as novas relações instauradas entre os meios e, conseqüentemente, os produtos dos novos processos de mediação. Por um lado, há a resistência daqueles que advogam a idéia de que tudo aquilo que é novo tem de ser, obrigatoriamente, batizado com uma nova terminologia sem a qual a novidade pode não passar de uma falácia. Por outro, a herança do pensamento de Marshall McLuhan sobre os meios (*medium/media*) como extensão. Esse artigo examina uma outra hipótese: a compreensão das mídias não apenas como meios, isto é, veículos de extensão, mas sobretudo como ambientes informacionais onde acontecem mediações de uma outra natureza.

Palavras-chave

mídias, mediação, ambientes, ecologia da comunicação, semiose

Abstract

There are so many arguments, in Portuguese Language, to neglect the use of the word *mídias* as a noun to designate the new relationships presented in the new media and new mediated process products. By one hand, there is the opposition of the ones who defend the idea that everything new has to be designated by a new terminology. By the other hand, there is the heritage of Marshall McLuhan's thought on media as extension. In this paper we analyse the hypothesis on *mídias* not only as media, that is, as extension, but specially as information environment where another kind of mediations happen.

Key words

mídias, media, mediation, ecology of communication, semiosis

Mídias como emergência de formas culturais

A foto que abre esse artigo não é uma mera ilustração de fotojornalismo: trata-se de uma foto conceitual que servirá de partida para minha reflexão sobre o estatuto epistemológico das mídias na comunicação sócio-cultural tendo em vista o aprimoramento que temos hoje das potencialidades semióticas do fenômeno das mediações.



Folha de S.Paulo, 17 de janeiro de 1999, p. 21.

Também não é bem a imagem o que serviu de foco para constituição do caso, mas sim o questionamento que ela coloca. Afinal, em tempos de jornalismo radiofônico, audiovisual, eletrônico-digital e *on line*; de satélites e de agências internacionais móveis nos quatro cantos do planeta, como é possível imaginar um vendedor de

jornais anunciando as notícias do dia num altofalante numa cena típica de um súdito medieval a anunciar as novas da corte? No entanto, o jornaleiro é cidadão que, se vivo estiver ainda, estará circulando pelas ruas de Hanói, capital do Vietnã, como seu anacrônico megafone a anunciar manchetes e a divulgar notícias contidas na edição do jornal diário. Esse é o seu ganha-pão e nenhuma tecnologia deve ameaçá-lo.

Tiremos o foco do jornaleiro e situemos o jornalismo que ele tem nas mãos. Trata-se de um jornalismo impresso, diário, cujas notícias cumprem um outro ritual, muito distante do sistema oral-auditivo de quem o enuncia em praça pública. Exceto as notícias locais que, muito provavelmente chegaram via telefone, fax, reportagem direta e rádio, as notícias nacionais e internacionais certamente procedem das agências noticiosas, da televisão e, sobretudo, da Internet. Aqueles jornais que o ancião carrega nas mãos não são apenas papel: são telefone, rádio, fotografia, televisão, satélite, processamento digital e *on-line*. Impressas em papel, as notícias podem ser manuseadas e anunciadas em voz alta e, ao olhar a foto, é como se a tão festejada revolução digital não houvesse acontecido. A voz disputa o espaço com as ondas magnéticas e as emissões via satélite ou fibra ótica. Uma coexistência harmoniosa que ninguém pode negar e de que o jornalismo não pode se dar ao luxo de descartar.

Chegamos, então, às perguntas: que mídia esse jornal constitui? Que sistema semiótico esse jornalismo atualiza e representa? Qualquer tentativa de resposta singular será em vão. Aquilo que insistimos em chamar de mídia não passa de uma ficção. A foto que serviu de objeto a nossa análise alerta para um fato: ou reconhecemos a solidariedade de meios como criadores de uma cultura de mídias ou corremos o sério risco de continuar admitindo a noção equivocada de meios de comunicação como extensão de um único órgão, uma única fonte colocada num corpo que não é um organismo, mas uma série de dispositivos a desempenharem suas funções. Por esse caminho jamais chegaremos a entender as mediações como tradução de ordenamentos ecológicos entre sistemas que se, do ponto de vista de seu funcionamento, tenham papéis definidos, do ponto

de vista semiótico, dependem da interconexão sem a qual nenhum sentido se constrói. Afinal, para que servem as mensagens?

É essa solidariedade entre meios, esse agenciamento de novos relacionamentos, esse ordenamento ecológico que está na origem da cultura das mídias e das formas culturais que elas instauram. Contudo, considerar mídias como emergência não significa encerrá-las nos limites do contemporâneo, mas valorizar a cadeia de mediações das formas culturais e históricas. Isso nos leva a enveredar por uma outra discussão. É aqui a noção de mídias como emergência de mediações entre formas culturais se torna um problema epistemológico para se pensar a comunicação na cultura.

Não tenho a menor dúvida de que os meios eletrônicos e as tecnologias informáticas da comunicação contemporânea sejam fortes agenciadores da ambiência que temos denominado cultura de mídias. A grande novidade da cultura midiática foi, de fato, a capacidade de promover a implementação, o uso e o aperfeiçoamento de veículos e de máquinas semióticas na transmissão e troca de mensagens de modo jamais cogitado. Todavia, filiar a emergência da cultura das mídias – das novas (digitais, telemáticas) em relação às velhas (eletrônicas), – de sua compreensão como ambientes, ao estatuto tecnológico da contemporaneidade, atribuindo a este o poder de definição das bases epistemológicas do conjunto da comunicação social mediada, parece uma postura bastante arriscada, para não dizer suicida. Isto porque, admitir essa hipótese é o mesmo que reconhecer que nelas não corre o sangue de formas culturais – ou, dito de um modo mais próximo do pensamento cibernético, significa negar às formas culturais a condição de vir a ser programa de ação, de intervenção, de transformação de modelos vigentes e de atualização de sistemas culturais. Se isso for admissível, as mídias jamais poderiam ser entendidas como sistemas semióticos criadores de ambientes propícios à vida das formas culturais dotadas de “sensibilidade” capazes de modificar, transformar, transmutar e transportar informação no tempo e no espaço.

A hipótese elementar desse artigo foi motivada por um ponto de vista inverso: as mídias não são os meios da comunicação contemporânea mas emergência de relações dialógicas agenciadas por

formas culturais em processos comunicacionais precisos – contemporâneos ou não. Como tudo na cultura, as mídias criaram seus precursores¹ ainda que não seja nada fácil vislumbrá-los. A própria denominação mídia, mídias, do modo como usamos, é uma forma de escamoteamento dessa questão fundamental. No entanto, do ponto de vista dialógico, a palavra mídias não passa de uma heteroglossia: um neologismo barbarizante atravessado por injunções lexicais e prosódicas de entroncamentos lingüísticos equidistantes: latim > inglês americano > português brasileiro (voltarei ao assunto mais adiante). Uma palavra que já traz no étimo o hibridismo não pode designar outra coisa senão a emergência de formas igualmente híbridas. Colocar na pauta da discussão epistemológica a trama das questões suscitadas pelo estudo dialógico das mídias é um dos objetivos da abordagem semiótica da comunicação que orienta a investigação que resultou nesse artigo.

Por isso, não percamos de vista nosso jornalista vietnamita com o híbrido que ele traz nas mãos e na voz.

Resgate histórico: as mensagens prosaicas fora da lei

A idéia de que as mídias configuram, idiossincraticamente, o modo da comunicação contemporânea, a ponto de não reconhecer nelas o menor vestígio de outras modalidades interativas de formas comunicacionais encadeadas historicamente, desautorizando até mesmo algumas delas, resulta da festejada noção de que a chamada “sociedade da informação” foi inaugurada pelos meios tecnológicos de comunicação de massas. Contudo, considerando o contexto

1. Estou usando a palavra “precursores” tal como o escritor argentino Borges Luis Borges empregou no seu estudo sobre “Kafka e seus precursores”. Nele defende a idéia de que o artista radical é aquele que não apenas cria uma obra radical, mas intervém de uma tal forma na cultura que modifica completamente o olhar que possamos dirigir até mesmo ao que já foi consolidado pela tradição. Nesse sentido, ele lança luz sobre aqueles que foram seus precursores. Essa é uma noção fundamental para meus estudos de arqueologia das mídias dentro da semiótica.

amplo da cultura, nem a sociedade da informação nem a cultura das mídias se encerram, tão-somente, na presentidade histórica. Para evitar o absolutismo de concepções como essas é que recorro à abordagem que entende a dialogia das formas culturais como motor da história.

A compreensão que o teórico do dialogismo, o russo Mikhail Bakhtin, desenvolveu sobre a cultura popular da Idade Média e do Renascimento me leva a crer que essa era uma sociedade de informação e de mídias, embora saiba perfeitamente que Bakhtin não tenha pensado sobre os meios de comunicação mas sim sobre os processos de interação social quando da prosificação da cultura por formas dialógicas do discurso cotidiano. Contudo, quando ele mostra que os anúncios, ordenações, leis, proclamados em voz alta, nas ruas, nas praças, nas feiras e mercados medievais (Bakhtin 1987: 157-8), com ou sem a ajuda de algum tipo de amplificação ou magnetofone, alcançavam uma faixa bastante ampla e produziam uma informação tão ruidosa que a época do rádio lhe parecia uma época de mutismo – como abstrair desse evento as mediações articuladoras das mídias? Logo, é preciso concordar com o historiador da cultura Robert Darnton e reafirmar que *cada era foi, à sua própria maneira, uma era de informação* (Darnton, 2000, p. 5).

Esse modo de compreender a sociedade da informação já é um exercício de focalização das mídias como emergência que modelizou seus precursores. Essa visão, contudo, não é dada teoricamente, mas sim pelas práticas interativas que se desenvolvem no contexto da cultura popular. É desse lugar que Mikhail Bakhtin entendeu processo de prosificação da cultura (leia-se: dialogização); Robert Darnton viu nascer a cultura de mídias no século XVIII; e, mais recentemente, o professor de comunicação John D.H. Downing alcançou a abrangência do que ele chamou de mídia radical. Logo, é desse lugar que vamos resgatar os precursores da emergência das mídias.

Em seus estudos, em que investiga como as *sociedades compreenderam os acontecimentos e transmitiram informações a respeito deles*, Darnton descobriu que aquilo que chamamos comunicação social e mobiliza indistintamente diferentes esferas da cultura, durante muito tempo da história da civilização ocidental, designava

tão-somente a transmissão de mensagens dentro da esfera mundana dos relacionamentos rebaixados. Isso porque a cultura oficial (aqui estou recorrendo a Bakhtin) não reconhecia esse tipo de comunicação como forma legítima de sociabilidade que servisse de modelo para todos. Basta lembrar que, até há bem pouco tempo, comunicação se colocava numa linha diametralmente oposta à política. Como já examinei em outra ocasião², o cinema tornado agente fundamental da cultura de massas contribuiu de modo decisivo para a mudança dessa mentalidade, tornando possível compreender a política como ação comunicacional. Para isso foi decisiva a formatação de um gênero discursivo pela linguagem fílmica: este gênero foi o documentário, sobretudo a partir do momento que o polêmico Dziga Viértov decide fazer com que suas lentes tomassem as crônicas e cenas da vida cotidiana em detrimento das cenas da vida privada palaciana, fazendo das ambientações da vida pública um ato político. Como dizer que isso não é comunicação política? Robert Darnton vai mais fundo na análise e lembra que, já no Antigo Regime francês do séc. XVIII *a política era vista como algo que dizia respeito ao rei, ‘le secret du roi’ (o segredo do rei) – uma idéia derivada da visão corrente no final da Idade Média e no Renascimento, que via a estadística como ‘arcana imperii’ uma arte secreta restrita aos soberanos e seus assessores* (Darnton, 2000, p. 6). Logo, aquela esfera da interação que hoje com grande naturalidade chamamos “comunicação política” não era cogitada sequer pelo mais tênue delírio dos utopistas políticos.

Contudo, se concordamos com Bakhtin que a cultura popular, exatamente por se desenvolver no contra-campo da cultura oficial, exercendo, em relação a ela, um ponto de vista extraposto, muito provavelmente alcançaremos o inusitado ângulo de visão proposto por Darnton.

Estudiosos das modernas tecnologias da comunicação digital elegeram os rizomas delleuzianos como metáfora epistemológica das formações hipermidiáticas da codificação digital e de comunicação em

2. Linguagem e militância: o cine-documentário de Dziga Viértov, *Olhares* (no prelo). São Paulo: UNESP, São Carlos.

rede. Darnton parte, em seus estudos, de uma outra metáfora para a comunicação que prolifera anárquica e transversalmente num espaço urbano: a árvore de Cracóvia – castanheiro frondoso dos jardins do Palais Royal, em Paris, onde histórias de todas as espécies sobre a vida política do país rolavam de boca em boca. Não é bem a analogia entre as duas construções metafóricas que interessa nesse momento. Minha atenção se volta para o fato de que, sendo pronunciamentos que só corriam nos subterrâneos mundanos da vida pública, esses relatos constituíam as notícias que circulavam por diferentes mídias e em diferentes modos – oral, manuscrito e impresso como mensagens completamente fora da lei. Podemos, então, nos perguntar: o que se entendia por mídia e meios de comunicação na Paris do século XVIII quando sequer se dispunha de jornalismo informativo?³ Com certeza, seria um despropósito vincular essa acepção a qualquer mídia contemporânea constituída pelo telefone, televisão, rádio, Internet. Aquilo que rolava debaixo da árvore de Cracóvia representa um exemplo do ponto de vista extraposto na constituição do que nosso tempo desenvolveu como comunicação de massa e de mídias em escala planetária.

O que se entendia por mídias nessa época eram os modos de comunicação que se manifestavam sob a forma de gêneros discursivos da intimidade, produzidos em esferas não autorizadas da cultura e, por isso mesmo, dotados de grande mobilidade e permeabilidade, entrecruzando-se e se sobrepondo uns aos outros: fofoca (*mauvais propos*), boato (*bruit public*); folha manuscrita de notícias (*nouvelle à la main*); livro escandaloso (*libelle*); *on-dit*; *pasquinade*; *Pont Neuf*; *canard* (pasquim jocoso); *feuille volante*; *factum* (Darnton, 2000, p. 9). Mídias eram, portanto, comunicações orais e escritas que se intercambiavam. Reportavam-se tanto ao ambiente sonoro público (burburinho da fofoca, do boato, da conversa, da leitura em voz alta e das canções), quanto ao registro escrito. Os meios de comunicação eram definidos, portanto, em função do gênero discursivo. Quer dizer: o ambiente comunicacional já, naquele tempo, se definia em função de uma semiose específica: o som da

3. O primeiro jornal impresso diário, *Le Journal de Paris*, data de 1777.

palavra, a reprodução gráfica e a circulação solidária no espaço público. A produção de sentido de qualquer mensagem dependia não apenas da “leitura” mas também da compreensão da natureza da mídia e da expressão do conteúdo que a ela estava relacionado. Mídia, aqui, não deixa de ser uma confluência de meios e modos de produção, veiculação e reprodução da informação.

Examinemos agora o ponto de vista bem mais recente que apresenta um quadro teórico que avança as investigações de Darnton. Estou me referindo ao conceito de *mídia radical* formulado por John D.H. Downing (2002).

Amparado por um raciocínio binário, tal como Bakhtin, Downing denominou mídia radical os meios de comunicação alternativos e, portanto, politicamente extrapostos aos meios hegemônicos. Dizendo de outro modo: *as várias formas da mídia radical alternativa são, de maneira quase óbvia, formas de expressão das culturas populares⁴ e de oposição* (Downing, 2002, p. 33). Evidentemente, oposição à cultura oficial. Tornada matriz da mídia radical alternativa, a cultura popular revela uma outra face da esfera pública (situada no extremo oposto do limite habermasiano de esfera pública burguesa). Diante de movimentações sociais específicas para as quais é preciso elaborar formas de intervenções, Downing reitera o quadro de Darnton e mostra como as movimentações políticas ganham voz e discurso quando articulam gêneros discursivos para mídias específicas. Ao pensar sobre uma alternativa para o campo da esfera pública, que não fosse exclusiva mas permitisse incluir a diversidade, alargando a própria concepção de Habermas, foi analisar o contra-campo do conceito de partida.

Um dos fatores que levou a que as monarquias européias gradativamente perdessem seu poder absoluto foi a ampliação da esfera de influência e do debate político para além dos estreitos confins das cortes. (...) A comunicação e a informação, incluindo folhetos, volantes e

4. Downing segue o conceito de cultura popular tal como foi concebido por Jesús Martín-Barbero: cultura de interconexões, de hibridismos, de mestiçagem.

os primeiros tipos de jornais que circulavam nesses meios, foram elementos cruciais nessa zona de influência e debate que aos poucos se alargava. (...)...alguns dos meios radicais alternativos (...) provenientes desses períodos na Inglaterra e na França, demonstram de modo muito claro, através do uso que fazem da ironia, da sátira, da caricatura, do cartum, da calúnia, das indiretas, do boato público obsceno e da pornografia, que o debate sensato, bem arrazoado, ou o modo de discurso preponderante, era tão bem-sucedido naquela época quanto é hoje (Downing, 2002, pp. 61-3).

Quem assistiu ao filme *Radio favela: uma onda no ar* (Helvécio Hatoon 2002), recentemente exibido nos cinemas brasileiros, pode ter uma imagem conceitual mais precisa do que se está definindo por mídia radical. Um grupo de jovens, moradores de uma favela, colocam no ar uma rádio pirata para emitir programas de interesse comunitário que acabam funcionando como verdadeiros ideogramas das questões políticas que se quer defender. Contudo, como as pessoas comuns tomam conhecimento da rádio? Além da eficiência do boca-a-boca, há a distribuição de panfletos. Mas além do ar, as ondas invadem praças e, num domingo, a rádio deixa o retransmissor instalado no morro e torna-se um show-evento-anúncio-comício de praça pública. Aquilo que nós, espectadores, assistimos é cinema, rádio, *show*, música (*hip hop*), reportagem. Isso é mídia radical segundo Downing. Mídias segundo nossa concepção. A mídia radical articula e difunde os fluxos dispersos e ainda não dotados de voz: as mensagens prosaicas fora da lei. No filme isso é claro: tanto o retransmissor quanto o show não ficaram indiferentes aos cacetetes dos policiais irados.

Os precursores das mídias aqui são novamente os gêneros discursivos da prosa cotidiana em seu poder corrosivo de desestabilizar formas oficiais graças à circulação em larga esfera e de várias formas. Contudo, a emergência colocada em termos de uma linhagem de precursores nos deixa atentos para não pensá-las como privilégio de uma época ou cultura: *todos os povos modernos* – já afirmara Bakhtin em seu tempo –

têm imensas esferas de linguagem não-publicada, cuja existência a língua literária falada, educada, nega. Apenas farrapos lamentáveis e esquálidos dessas esferas não publicadas penetram nas páginas dos livros, e isso, na maioria dos casos, na qualidade de diálogos pitorescos: nessas circunstâncias estão situados no plano verbal mais afastado do domínio direto e sério do autor (Bakhtin, 1987, p. 369).

Claro que tomar as mídias como emergência de formas culturais fortemente ligadas a seus precursores obriga não apenas uma reflexão epistemológica mas a uma postura política. Afinal, de quê lado estamos?

Mídias: um novo domínio de idéias científicas

A compreensão de mídia como emergência de fluxos, confluências, decorre do reconhecimento da comunicação como processo de relações dinâmicas e de reordenamentos de formas na cultura. Aqui os meios não são extensões imediatas dos sentidos, como queria McLuhan, mas mediações de sistemas semióticos. Se entendemos mediações como interações entre formas híbridas, mestiças (Martin-Barbero), definiremos a ação política da diversidade como tradução. Nossa rota, contudo, não é bem aquela de McLuhan para quem os meios são tradutores porque são capazes de transformar a experiência sensória em símbolos e, com isso, evocar a totalidade do mundo a qualquer momento (McLuhan, 1971, p. 77). McLuhan não contava com a natureza diferencial dos sistemas envolvidos na tradução. Seu conceito de extensão, inspirado pelo mito de Narciso, o desobrigou disso. A mediação nos obriga a explicitar como acontece a interação entre sistemas radicalmente diferentes a ponto de falarmos de tradução.

Em primeiro lugar, é importante buscar o amparo teórico de Roman Jakobson que entendeu a tradução não nos limites de sistemas análogos, entre línguas, por exemplo, mas chamou a atenção para a tradução intersemiótica (Jakobson, 1971). A tradução aqui é uma intervenção radical no código por isso toda tradução é uma

recodificação ou transdução. Se transdução é troca de energia que envolve a transmutação (Sebeok, 1997, p. 56) estamos muito próximos da ação da mediação em tempo de mídias; de um dos aspectos que foi apenas sugerido por Martin-Barbero. Nesse caso, o próprio conceito de mídias como emergência de mediações como tradutores de códigos culturais criou uma linhagem de precursores. Com isso podemos avançar nossa hipótese: as mídias são um forte domínio de surgimento de novas idéias científicas.

Ainda que não esteja nos limites desse estudo um rastreamento do conceito de mediação na cultura da comunicação mediada – essa tarefa já foi objeto de estudo aprofundado de Luiz Signates (1998, pp. 37-49) –, não se pode fugir de uma tentativa de explicitação do que aqui se pretende entender desse conceito. Nesse sentido, o artigo de Signates é uma referência obrigatória.

Dentre as premissas conceituais examinadas por Signates (1998, p. 38) a concepção benjaminiana de mediação como *transformação nas condições de produção com as mudanças no espaço da cultura (transformações do sensorium dos modos de percepção, da experiência social)* é a que mais se aproxima do que estamos querendo compreender. Trata-se de um conceito que, embora filiado a uma tradição marxista, apresenta um posicionamento crítico em relação a ela uma vez que abre a possibilidade de compreender que os meios modelizam, pela “transformação do *sensorium*”, o desenvolvimento cultural e as relações sociais tanto quanto os meios de produção material. O contexto do reflexo e da hegemonia (suportes do pensamento de Raymond Willians (1992), Guillermo Orozco Gomes (1994), Jesús Martin-Barbero (1990) – detalhadamente examinado por Signates) são as matrizes conceituais da mediação na cultura dos meios. Exatamente porque o campo conceitual é atravessado por dilemas, indefinições, ambigüidades, a liberdade de revisitar o conceito de modo a explicitar práticas nos anima a persistir na compreensão desse fenômeno sem pretensão de síntese, afinal,

o valor epistêmico do olhar sobre as mediações culturais parece repetir esse talvez insuperável deslocamento, que torna a comunicação um objeto oblíquo, apenas possível

de ser vislumbrado – embora jamais visto – de um ponto de vista que parta de uma epistemologia mais consagrada, ora a das ciências matemáticas e físicas, quando a abordagem se prende às conexões com da tecnologia, ora a das ciências sociais e da linguagem, sempre que se busca uma compreensão dos modos e processos como os homens se relacionam. Nesse sentido, a perspectiva das mediações desloca o olhar da comunicação para os sentidos que a transcendem, vinculados à cultura e suas matrizes de significação complexa e múltipla (Signates, 1998, p. 46).

Essa vinculação à cultura é o estímulo maior de nossa hipótese que toma a mediação como domínio de idéias científicas. Nelas as mídias são o lugar privilegiado porque agenciam relações e promovem intervenções. São operações de radicalidade. Ora isso muda completamente o quadro dos objetos comunicacionais: em vez de serem postos em compartimentos estanques, têm de ser tomados em suas interconexões. Afinam, é assim que os homens e processos se relacionam quando se servem da linguagem e quando são tomados como linguagem.

No âmbito de nossa compreensão, as mídias são o lugar por excelência da redescoberta do *sensorium* (Machado, 2000). Existem algumas manifestações pontuais a processar ordenamentos sensoriais por meio da migração de códigos e, conseqüentemente, da recodificação que fazem da mediação *aquilo que permite a presença simultânea ou processual de antinomias, como condição de emergência do novo nas mudanças sociais* (Signates, 1998, p. 48). As mídias como emergência de formas culturais focalizam não apenas os ambientes como também as negociações semióticas que nele ocorrem explicitando emergências.

A mídias fundam um novo domínio de idéias científicas sobre os meios e modos de produção de mensagens na cultura. Trata-se de uma focalização que procurou acompanhar a dinâmica da produção e transmissão de mensagens no circuito da esfera prosaica, cotidiana e mundana da cultura, onde os meios não são apenas veículos, mas tradutores e recodificadores de ordenamentos cognitivos

e sensoriais. Não se trata apenas de considerar a produção e transmissão de mensagens dentro por meio de codificações específicas, mas de acolher a tradução de diferentes regimes sensoriais em recodificações completamente inusitadas.

As mídias exibem, portanto, seu potencial transgressivo em relação às formulações consagradas que não contavam com a mutação do algoritmo fundamental da semiose, tampouco com a mudança nos termos do que se convencionou chamar de mediação e, jamais poderiam imaginar que uma palavra, profanadora da lógica gramatical, tivesse a ousadia de adentrar no universo das artes e nomear os híbridos que convencionamos chamar de *artemídia*. Ao mesmo tempo, linguagens da comunicação mediada (como jornalismo e publicidade) e formas de entretenimento (como desenhos animados e jogos) apropriam-se de procedimentos das artes e trazem-no para o espaço da cultura cotidiana. Trazer à pauta da discussão essa abordagem é uma forma de defender as formas prosaicas da cultura como matrizes potenciais da semiose. Mas não vamos antecipar a análise.

Como todo novo domínio de idéias, temos de concordar que esse já se instala de modo polêmico, a começar pela própria denominação.

Foram os norte-americanos que recorreram ao latim *media* para designar o conjunto de meios de comunicação de massa do mundo industrial, distinguindo, assim, a comunicação mediada da comunicação oral direta, presencial. Esse é o fato da cultura que apenas desencadeia o movimento expansivo da comunicação mediada. A hipótese americana consolidou a noção mcluhniana de meios como extensão: cada um de uma matriz sensorial situada no corpo. A expansão dos meios em função das mediações moleculares entre códigos e das intervenções políticas que acontecem com os usos (isto é a recodificação que os homens fazem desses meios) colocou em pânico tal quadro terminológico-conceitual e lingüístico. As antinomias desenvolveram uma capacidade de confluências e de relativização das especialidades, colocaram em crise o obsolutismo e proclamaram que os meios como extensão já não querem dizer a mesma coisa que os meios como tradutores. Pelo contrário, estamos diante de equações que estão caminhando para pólos opostos. A palavra *media*

se revoltou contra o *habitat* cunhado pelos norte-americanos e fizeram valer – quem diria? – o contexto de origem, quando era uma palavra do latim vulgar. Mas não como língua supostamente morta, mas como língua viva e transgressora – característica inegável do português brasileiro –, *mídias* se propagou instalando uma situação babélica.

Mídia é palavra aportuguesada do substantivo latino *medium* cuja forma plural é *media* (meio, média, intermédia) e o adjetivo correspondente *medius*, *media*, *medium* (que está no meio). Para os falantes de língua portuguesa no Brasil, tornou-se um neologismo e um barbarismo, na mais legítima recuperação do espírito de transgressão próprio ao latim vulgar gerador de nossa língua. O termo *mídias* recupera o termo latino *media* (plural) tal como foi assimilado pelo inglês americano para *designar o conjunto dos meios de comunicação social, como o jornal, a revista, o rádio, o cinema e a televisão* (Silva, 2002 p. 315). Contudo, para se consagrar como termo dessa confluência

fez escala no inglês, cristalizando-se a deformação da pronúncia escrita. Nossos gramáticos aceitaram a submissão ao erro prosódico, registrando-o tal como era pronunciado nos Estados Unidos. E assim passamos a pronunciar e a escrever arvesadamente um vocábulo que em sua origem latina estava mais próximo de nossa língua (Silva, 2002, p. 315).

Além do contexto americano, é preciso lembrar que as línguas européias substituíram *media* por comunicação (Greimas, 1981, p. 36), para fazer valer as interações sociais entre a diversidade de meios do vasto Império Romano. O que era, no Império Romano, *media* como meio de comunicação? Nada mais do que uma rede de línguas e de discursos ou dialetos: cada povo do vasto Império falava sua língua mas todos se entendiam. Mídia é, portanto, sinônimo de pluralidade de linguagens e de formas comunicacionais – logo, uma contradição em termos. Essa é a base daquilo que queremos denominar quando falamos *mídias*. Enquanto comunicação diz respeito

a processos de interação fundados; *media* diz respeito aos veículos desenvolvidos pelas tecnologias de informação e pelas máquinas semióticas; mídias são uma possibilidade inédita de aglutinar tudo: processos, veículos, transformações, enfim, mediações.

Se a questão é manter a coerência, torna-se imprescindível lembrar que o ambiente onde se constituíram as mídias é a esfera da comunicação de massa ou o campo extraposto ao da oficialidade. Nesse caso é importante um aviso aos que nos seguem: estamos adotando um termo fora da lei, um abasileiramento inoportuno, como dizem alguns. Como o que interessa para a semiótica é como se forma e se desenvolve culturalmente o diálogo de linguagens, de redes discursivas, de ambientes enunciativos, vale a pena enfrentar a polêmica. Estamos defendendo aqui um novo domínio de idéias científicas, que transita por outros campos do conhecimento. Para isso aceitamos dialogar com as idéias de Bakhtin, Darnton, McLuhan, Downing.

Agora é hora de abrir o jogo. Na cultura dos meios de comunicação de massa se consagrou como mídia o meio impresso, a bem da verdade, o jornal impresso diário e, conseqüentemente, o jornalismo como linguagem verbal. Contudo, nem o jornalismo se conservou linguagem restrita a um único meio, nem os meios se limitam à linguagem verbal, às palavras. Basta que lembremos da foto que abre esse artigo. Nesse cenário de mobilidade e de expansão de linguagens e de meios é que podemos pensar as mídias como um campo novo de experimentação de idéias científicas, particularmente aquelas que advogam o deslocamento e expansão dos meios de comunicação de massa, isto é, dos limites da expressão gráfica (livros, jornais, revistas) para os domínios da eletrônica (rádio e televisão) e do digital (Internet) (Brait & Rojo 2000, p. 12) num amplo espaço de negociações políticas que não hesita em colocar como moeda corrente a semiose dos vários sistemas envolvidos. Aqueles que advogam o uso da palavra mídia metonimicamente (singular que é plural) não estão fazendo nada mais do que valorizando a segmentação de McLuhan. Mostram-se cegos à dialogia que mobiliza a migração, a contaminação a vida sob fronteiras. Uma coisa é admitir a expansão das formas; outra bem diferente é aceitar a diversidade. Muito se fala sobre o hibridismo, a mestiçagem. Pouco se compreende das formas híbridas.

Essa é a mutação fundamental que as mídias contemporâneas trazem para nossa compreensão. Confesso que sinto falta de munição epistemológica porque, enquanto se anuncia que na cultura das mídias os sistemas semióticos desfrutam de relações solidárias, o que vemos acontecer, de fato, é tratamento das formas culturais como unidades discretas sem interligação, sem formarem ambiências. Talvez seja necessário desenvolver uma escuta um pouco mais sensível da rede de intrigas que se desenrola nas sombras da árvore de Cracóvia. Esses boatos têm muito a dizer para a mudança de ritmos no domínio das idéias científicas.

Bibliografia

- BAKHTIN, M. M. 1987. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (trad. Yara Frateschi Vieira). São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- BRAIT, B. & ROJO, R. 2002. *Gêneros: artimanhas do texto e do discurso*. São Paulo: Escola Associadas Domus (Cadernos de Estudo Linguagens e Códigos).
- DARNTON, R. 2000. "Rede de intrigas" *Folha de S. Paulo* (caderno mais), 30 de julho de 2000.
- DOWNING, J. H. 2002. *Mídia radical. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais* (trad. Silvana Viera). São Paulo: SENAC.
- JAKOBSON, R. 1971. *Comunicação e lingüística* (trad. Izidoro Blinkstein). São Paulo: Cultrix.
- MACHADO, I. (no prelo). *Linguagem e militância: o cine-documentário de Dziga Viertov. Olhares*. São Carlos: UNESP.
- MARTIN-BARBERO, J. 1993. *De los medios as las mediaciones. Comunicacion, cultura y hegemonia*. Mexico: Gustavo Gili.
- SILVA, D. da. 2002. *A vida íntima das palavras. Origens e curiosidades da língua portuguesa*. São Paulo: Arx.
- SIGNATES, L. 1998. Estudo sobre o conceito de mediação. *Novos Olhares. Revista de Estudos sobre Práticas de Recepção de Produtos Mediáticos*. Universidade de São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, pp. 37-49.